

ESTADO, REVOLUÇÃO POLÍTICA BURGUESA E CLASSES POPULARES: DÉCIO SAES E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Gustavo Dias¹

Recebido em: 04/02/2025

Aprovado em: 05/03/2025

Resenha do livro: SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024.

República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil, obra do cientista político Décio Saes, oferece uma análise sócio-histórica da história política e econômica brasileira, ao abranger a passagem do escravismo moderno para a república e suas transformações até a atualidade. Tema esse bastante debatido nas ciências sociais no Brasil – porém, longe de se dar por esgotado –, através de Saes, ganha contribuição original: uma análise mais acurada em torno das classes populares e do estado na revolução burguesa nacional.

Publicado, originalmente, em 2001, também pela Editora Boitempo, a versão atual, de 2024, revisada e ampliada, sob a organização de Angelita Matos Souza e Danilo Martuscelli, conta com seis novos artigos, perfazendo um total de treze textos, divididos em quatro grandes blocos. Além desse material, contamos com uma cuidadosa apresentação dos próprios organizadores, que não apenas preparam os leitores e leitoras para o conteúdo do livro, mas também oferece uma introdução ao pensamento do próprio autor.

Antes de adentrar propriamente na resenha do livro, gostaria de apresentar, brevemente, a trajetória de seu autor. Entendo ser um exercício importante para compreendermos a construção do argumento central que conecta todos os artigos que compõem o livro. Intelectual com longo caminho nas ciências sociais brasileiras e carreira conduzida entre a Unicamp e a USP, Décio Saes se dedicou ao estudo da Classe Média. Ele fez parte de uma geração de estudantes e professores uspianos que, a partir de 1967-1968, substituem um ecletismo teórico, proposto por

¹ Doutor em Sociologia pela Goldsmiths/Universidade de Londres, professor de Sociologia da Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais- Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5325-3253>. E-mail: tentonidias@hotmail.com.

intelectuais como Florestan Fernandes, por definições teóricas mais rigorosas. Saes se envereda, desde cedo, na corrente marxista liderada pelo filósofo Louis Althusser, que, em sua base, apresentava forte influência do estruturalismo francês. Como ele próprio pontua em entrevista, essa corrente marxista “[...] repercutiu no seio da categoria docente, nossos professores começaram a ser influenciados por ela. Nós, discentes, também passamos a nos filiar a esta corrente diretamente, sem que necessariamente nos fosse sugerido” (2013, p.22). Nesse contexto, Saes pode ser entendido como pertencente à segunda geração de difusão do pensamento althusseriano na academia brasileira.

Outro autor presente na trajetória intelectual de Décio Saes e caro para a construção analítica de *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil* é o igualmente marxista estruturalista Nicos Poulantzas, autor que, em seus estudos iniciais, recebeu também grande influência de Althusser. Em particular, sua obra *Poder político e classes sociais*, publicada em 1968, onde dois pontos são explorados com profundidade por Saes no contexto brasileiro. O primeiro é a conceituação da estrutura jurídico-política capitalista. Saes demonstra como a república brasileira viria a se constituir com o fim da estrutura jurídico-política do escravismo moderno. O segundo ponto é a caracterização da relação que se estabelece entre o Estado capitalista e as classes dominantes. Aqui, Saes amplia o debate para pensar com maior profundidade a classe média urbana brasileira. Nas palavras de Marco del Roio, esse compromisso teórico no marxismo estrutural não sugere “[...] qualquer dogmatismo ou esclerose teórica, mas sim uma coerência que permite perscrutar o processo e indicar elementos preciosos para a prática das classes subalternas, sem alimentá-las com ilusão” (2002, p.175).

Feitas essas ressalvas, retorno propriamente ao livro. Ele está organizado em quatro seções que discutem diferentes momentos e dinâmicas da história política e social brasileira. A primeira seção examina a transição de uma estrutura escravista moderna para a república, por meio da mudança da ordem jurídica e política do estado brasileiro. Para tal, Saes, como já mencionado, se vale de uma leitura inovadora da revolução política burguesa brasileira, fundamentada nas perspectivas teóricas do marxismo estrutural de Althusser e Poulantzas. Explora o papel das camadas populares nessa transformação ao destacar o papel das revoltas escravas para tornar o regime escravista insustentável no campo, bem como o papel das classes médias, orientadas pela ideologia jurídica burguesa de ordem liberal, na defesa da abolição da escravidão. E, com isso, teríamos as condições essenciais para a emergência do Estado burguês no Brasil.

A segunda seção aborda a repercussão dessa transformação no Brasil republicano, ao analisar a relação entre o avanço do capitalismo, as configurações de cidadania e os direitos

sociais. Em outras palavras, ela faz um balanço dos impactos da revolução burguesa no Brasil, a partir da instauração da república. A principal proposição desse bloco é discutir como as condições de cidadania e a evolução dos direitos sociais são moldadas pelo nível de desenvolvimento capitalista e pela configuração da hegemonia política vigente, levando em conta, também, o papel das lutas populares nesse cenário.

A terceira seção mergulha de vez no papel das classes sociais – sobretudo, na classe média e suas subdivisões – para a formulação do estado brasileiro. Ela traz uma análise dos conflitos de classe em diferentes períodos históricos, com foco nas dinâmicas de hegemonia política, no papel do Estado na contenção das classes subalternas e na posição adotada pela classe média frente a essas transformações, na passagem da etapa varguista para os militares. Na quarta e última seção, Saes avança na transição ao regime democrático, na década de 1980, e chega até a política neoliberal nos anos 1990. Nesse percurso, ele explora as tensões da redemocratização, os legados da ditadura militar, o impacto da adoção do neoliberalismo no Brasil e o retorno de práticas populistas no cenário político, destacando as mudanças ideológicas e estruturais que marcaram esse período de transição.

Concluída a apresentação geral das seções que compõem o livro, gostaria, agora, de focar com um pouco mais de atenção na estrutura de pensamento que se faz presente nele. Tanto as seções quanto os textos que as compõem, podem ser lidos individualmente. O pensamento social de Saes está claramente presente em todos. E é isso que me chamou bastante a atenção. Devemos lembrar que se trata de uma coletânea de artigos produzidos ao longo de mais de três décadas. Ainda assim, é notável a forma com que esses treze artigos estão articulados de forma coerente com a tese central do autor: a transformação política precede a mudança econômica ou o modelo de produção.

Ao longo dos artigos presentes nas quatro seções, ele considera três eventos históricos que marcaram a evolução do estado brasileiro e a sua transformação econômica: a abolição da escravidão, em 1888; a Proclamação da República, em 1888-1889; e a criação da Assembleia Constituinte, em 1891. Isso o destoa da visão predominante no debate que define a revolução de 1930 como o marco da revolução burguesa no Brasil.

São rupturas produzidas pela *transformação do estado brasileiro* e a *participação de camadas populares*. Essa análise é importante para entendermos a leitura crítica que Saes desenvolve acerca da transformação do estado brasileiro e suas contribuições para o pensamento social brasileiro. Ademais, trata-se de uma interpretação que se distancia das análises patrimonialistas clássicas, desenvolvidas por autores como Raymundo Faoro e Sérgio

Buarque de Hollanda, com influência weberiana; e de análises marxistas, como a produzida por autores como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr.

Saes oferece uma análise detalhada sobre a transição do estado escravocrata moderno para o estado capitalista no Brasil, ao destacar a ruptura qualitativa que se dá com a revolução burguesa. Para o autor, a abolição da escravidão, a proclamação da República e a criação da Assembleia Constituinte marcam o fim do regime escravista moderno e o surgimento de um novo tipo de estado: o burguês. Ele argumenta que o direito escravista separava os sujeitos econômicos em escravos e homens livres. Ao lado da propriedade de terra, o escravo era um importante patrimônio. Uma reserva de valor para se obter crédito e financiamento. Nota-se, portanto, que, em sua análise, ao contrário das duas correntes principais apontadas acima, o homem livre é apresentado como alguém capaz de exercer o cálculo racional para gestar seu patrimônio. Nada de patrimonialista ou de um irracionalismo pré-capitalista.

Ao contrário do direito escravista moderno, Saes pontua que o novo direito burguês reconhece todos os indivíduos como sujeitos de direito, possibilitando a formalização da exploração do trabalho por meio do contrato de trabalho. Para Saes, a revolução política de 1888-1891, e sua continuação em 1930, foram determinantes para a constituição do estado burguês, que, embora com aparência democrática, operava a favor da classe dominante, ao organizar a economia e o sistema jurídico de acordo com as novas relações de produção capitalistas. Uma posição contrária à de Florestan Fernandes, que considera a revolução burguesa brasileira ter sido fruto de um longo processo evolutivo de desenvolvimento capitalista no Brasil, alicerçado em uma aliança estratégica conciliatória entre as elites tradicionais e burguesas. Pelo contrário, houve ruptura de estados, via transformação política, e, com isso, mudanças de modos de produção.

Em seguida, destaco a análise que Saes oferece sobre o papel das massas na transformação do estado, desafiando novamente as duas principais correntes do pensamento social brasileiro. Ele critica as abordagens que subestimam a participação popular, ao destacar que as lutas de classe, particularmente as revoltas dos escravos rurais e as mobilizações da classe média urbana, foram decisivas para a constituição do estado burguês. No primeiro caso, os escravos foram a força motriz contra o domínio dos senhores de terras. No segundo caso, ao contrário do que sugerem autores como Florestan Fernandes, que associam a revolução principalmente às elites, Saes argumenta que a classe média urbana, com seus ideais de cidadania e meritocracia, teve um papel importante na abolição da escravatura e na criação do novo estado. Entendo como uma crítica de Saes a Florestan, que entende os cafeicultores e imigrantes, que se aburguesaram, como os protagonistas da Revolução Burguesa. Saes desloca

o foco da ação das elites para as massas, demonstrando que, embora essas forças subalternas não tenham conquistado o controle do poder, foram essenciais para a transição do estado escravocrata para o capitalista.

Outro ponto importante que ele traz é a contradição em torno do projeto de abolição da escravidão gerada entre as camadas populares. A classe média urbana, através de uma concepção jurídica liberal de estado, revelaria uma compreensão limitada sobre os anseios da população liberta da escravidão, que buscava acesso à terra, via pequena propriedade rural, e não ao trabalho assalariado. Essa contradição seria um dos fortes entraves para a promoção da reforma agrária no Brasil e a sustentação do latifúndio e dos senhores de terra. A revolução acaba permitindo a manutenção de grupos no poder e uma aproximação da classe média a eles.

Essa perspectiva se articula com a ideia de que tal revolução política foi um fator antecipatório das mudanças econômicas no Brasil. Ao atribuir importância à participação das massas, Saes se afasta de outras análises, que costumam ver as massas como agentes passivos. Alicerçado em autores como Clóvis Moura, Saes reconhece que a classe média foi central na criação do estado burguês, mas destaca que suas propostas de cidadania e igualdade jurídica não se alinharam com as transformações econômicas necessárias para uma agenda inclusiva de fato, como, por exemplo, a reforma agrária. Condição essa fundamental para a população rural recém libertada da escravidão.

Em suma, *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil* apresenta análises originais para se compreender o capitalismo brasileiro e sua transformação histórica. Deste livro denso e com sólida sustentação teórica, procuro elencar três pontos importantes presentes em todos os artigos: a disputa em torno do estado brasileiro, a consolidação da revolução política burguesa e o papel das classes populares. Através desses três pontos, o livro permite-nos explorar desde os processos de transição do escravismo moderno para o capitalismo, até o impacto das políticas neoliberais na entrada da década de 1990. Chega-se, ao fim, com a sensação de que o cenário e opções de caminhos a seguir são sombrios. Estaríamos diante da possível emergência de um novo autoritarismo civil, a estabilização da democracia limitada ou a restauração do autoritarismo militar. Todos esses caminhos estariam conectados com os interesses das classes dominantes, com a ação política de setores mais conservadores presentes na classe média e populares. Em outras palavras, revelam o fracasso da consolidação de uma ordem republicana democrática na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

DEL ROIO, Marcos. Resenha de: SAES, Décio. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. **Critica Marxista**, Campinas, SP, v.1, n. 14, p. 175-179, 2002.

SILVA, Marcelo Lira; SAES, Décio. Entrevista com Décio Saes. **Revista Aurora**, Marília, SP, vol. 6, n. 2, p. 19-32, 2013.